



Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUINGENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Conselho
2 de Saúde do Distrito Federal - CSDF, realizou-se a Quingentésima Quadragésima Quinta Reunião
3 Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal. A Reunião contou com a participação do
4 *Presidente do CSDF, Domingos de Brito Filho, da Secretária Executiva do CSDF, Andressa*
5 *Cristina de Oliveira Silva Cavalcante, dos conselheiros segmento gestor: Juracy Cavalcante*
6 *Lacerda Júnior, Maurício Gomes Fiorenza, Inocência Rocha da Cunha Fernandes, Cleber Monteiro*
7 *Fernandes, Vanessa Rocha da Silva; dos conselheiros segmento trabalhador: Karine Rodrigues*
8 *Afonseca, Júlio César Florêncio Isidro, Humberto de Oliveira Lopes, Fátima Lúcia Rôla, Denise de*
9 *Almeida de Sousa, Arthur Lobato Barreto Mello, Josiane Alves Jacob Saboia, Stella dos Santos*
10 *Rodrigues Krause, Carlos Roberto de Souza Filho, Wendel Teixeira Santos, Marôa Santiago Gomes;*
11 *dos conselheiros segmento usuário: Luís Carlos Macedo Fonseca, César Achkar Magalhães, José*
12 *Maria Alves dos Santos, Luís Maurício Alves, Darly Dalva Silva Máximo, Michel Platini Gomes*
13 *Fernandes, Raimundo Nonato Lima, Alexandra Tatiana Moreschi de Albuquerque, Larissa Bezerra*
14 *da Cunha da Silva, Míriam Marques Nery, João Elias Lima Araújo. O Conselheiro Domingos de*
15 **Brito**, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 9h30. Foi aferido quórum necessário para
16 deliberação. **Expediente – Pedidos de licença e justificativa de faltas dos Conselheiros – A**
17 **Secretária Executiva do CSDF, Andressa Cristina**, anunciou as justificativas de ausência à 545ª RE
18 recebidas no CSDF: Conselheiros (as) Arilene, Clóvis, Enóquio, Meire, Maria Fátima, Mônica,
19 Teresinha, Ab-Diel e Ana Patrícia. **Apresentação de convidados (as), bem como de novos (as)**
20 **conselheiros (as) ao Plenário.** A Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, fez a leitura
21 dos termos de posse dos novos Conselheiros de Saúde do DF: Conselheiro **Luís Maurício Alves**,
22 segmento usuário, representante da Associação dos Deficientes do Gama e Entorno – ADGE, e
23 Conselheiro **Cléber Monteiro Fernandes**, segmento gestor, representante do Instituto de Gestão
24 Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF. Seguiu-se a solenidade de posse dos novos
25 Conselheiros. **Manifestação ou pronunciamento dos Conselheiros inscritos – O Conselheiro**
26 **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, solicitou inclusão emergencial de item referente a
27 Publicação da Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Saúde do Núcleo Bandeirante – CRSNB.
28 A Conselheira **Míriam Marques** fez convite aos Conselheiros para a inauguração da reforma dos
29 consultórios oncológicos do HBDF, a se realizar em 25 de junho de 2025, às 10h. A Conselheira
30 **Fátima Rôla** informou sobre o encerramento da 3ª Conferência Distrital de Saúde do Trabalhador e
31 da Trabalhadora – 3ª CDSTT, ocorrida nos dias 16 e 17 de junho de 2025. Agradeceu ao Presidente
32 do Clube da Saúde, Márcio da Mata, pela cessão do espaço para realização da Conferência. Disse
33 que conseguiu efetivar a Conferência sem nenhum problema de espaço. Disse que foram eleitos 36
34 delegados sendo 18 usuários, 9 trabalhadores, 9 gestores, 4 suplentes usuários, 2 trabalhadores e 2
35 gestores suplentes. Disse que já está com o grupo do *WhatsApp* discutindo o que é preciso efetivar
36 na Conferência Nacional e já está se organizando para pegar toda a pauta para fazer uma boa
37 defesa na Conferência Nacional de tudo aquilo que se precisa. Parabenizou todos que participaram,
38 principalmente os Conselheiros de Saúde do DF presentes, e agradeceu os eleitos, que realmente
39 defendam na sua plenitude na Conferência Nacional. **Ordem do dia - Item 1 – Aprovação da Ata**
40 **541ª RO.** Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do
41 CSDF, informou que não houve solicitação de retificação na ata da 541ª RO, previamente
42 encaminhada aos Conselheiros, e colocou em votação a sua aprovação. Foi aprovada a ata da 541ª
43 RO. **Item 2 – Apresentação e aprovação da Pauta da 545ª Reunião Extraordinária do CSDF -**
44 Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF,
45 informou a inclusão solicitada anteriormente e solicitou acontecer primeiro a apresentação anual da
46 PAS e o Relatório Anual de Gestão, em função dos gestores terem um compromisso, e com a
47 inversão o item três passa para o item quatro, incluindo o pedido de emergência que é a Comissão
48 Eleitoral do Bandeirante como item número um, por ser rápido. Colocou em votação a aprovação da

49 pauta com as modificações propostas. Foi aprovada a pauta com as modificações. **Inclusão**
50 **emergencial – Comissão Eleitoral do CRS Núcleo Bandeirante.** O Conselheiro **Domingos de**
51 **Brito**, Presidente do CSDF, apresentou o tema e fez a leitura da minuta de Resolução 639.
52 Encaminhou ao Pleno para aprovação. Foi aprovada a Resolução nº 639. **Item 4 – Apresentação da**
53 **Programação Anual em Saúde – PAS/2025 e do Relatório Anual de Gestão – RAG 2024.**
54 Coordenação: Mesa Diretora. Expositor: SUPLANS/SES. O Convidado **Rodrigo Vidal**, Subsecretário
55 de Planejamento em Saúde - SUPLANS, iniciou a apresentação da PAS/2025 e apresentou a
56 equipe. A convidada **Denise Salviano**, Diretora de Planejamento, Orçamento e Contratualização, fez
57 a exposição da PAS/2025. A Conselheira **Fátima Rôla** lembrou que sempre existiu um grande
58 problema nesse planejamento, sobre a Sífilis e o HIV, principalmente das pessoas que fazem
59 tipagem na rodoviária, e depois o seu acompanhamento dentro da rede, porque algumas pessoas
60 não desejam fazer atendimento na área em que residem, e tem um problema agora com relação à
61 questão do atendimento das UBS, então opinou que tem que ser criado um protocolo com relação a
62 essa questão. Propôs a revisão dos processos de marcação de procedimentos de cirurgia, citando a
63 necessidade de qualificar e humanizar melhor esses atendimentos. Abordou a questão da
64 qualificação dos produtos que estão sendo comprados na Secretaria de Saúde, citando como
65 exemplo as fraldas que tem péssima qualidade. Citou a questão da judicialização, solicitando
66 explicações de como funciona. Solicitou que quando se for fazer a PAS, o cronograma da PAS, cuja
67 oficina acontecerá em setembro e outubro, que pelo menos dois ou três membros do Conselho de
68 Saúde do DF estejam presentes para entender e trazer as informações para o Pleno. A Conselheira
69 **Alexandra Tatiana** complementou com uma orientação sobre a questão dos leitos de UTI. Disse que
70 desde a pandemia, já questionando se a Secretaria está seguindo essa orientação, com relação à
71 leitos de UTI, não se passa mais na frente da fila porque se tem uma decisão judicial. Disse que hoje
72 como todos os processos vão para a vara de fazenda pública, e processos de leito de UTI vão para
73 uma vara específica, que é a quinta vara, só há a determinação para que seja colocado efetivamente
74 na regulação, na ordem cronológica de urgência, enfim, toda aquela questão na regulação, então
75 não passa mais na frente, essa é a orientação do Conselho Executivo Distrital da Saúde. Disse que
76 nas ações judiciais as quais protocolizou está acontecendo dessa forma. O Conselheiro **Domingos**
77 **de Brito**, Presidente do CSDF, solicitou que sejam chamados, complementando a fala da
78 Conselheira Fátima Rôla, além das pessoas da Comissão que lida com a análise da PAS e do RAG,
79 mais alguns conselheiros. A Conselheira **Fátima Rôla** solicitou que a escolha dos conselheiros seja
80 incluída na pauta da reunião ordinária de agosto. O Conselheiro **Luís Carlos** comentou que essa
81 apresentação, a PAS, revisão de indicadores, consiste como alinhamento com a LOA, os programas
82 de execução no exercício vigente, que vai ser aplicado pela gestão na área da saúde. Fez
83 comentários em seguida acerca das diretrizes apresentadas. Questionou se esse sistema conversará
84 com outro sistema que compõe a própria SES, no caso o IGESDF. Disse que o que não é
85 apresentado é um agravo à situação da saúde, que é recursos humanos. Citou déficit de 25.000
86 recursos humanos na área da saúde, no SUS, que consta no site da Secretaria de Saúde. Disse que
87 é público e notório esse déficit e questionou como ampliar, como suprir as lacunas que tem em todas
88 as especificidades. Disse que o principal problema da saúde é recursos humanos e não consta nada
89 referente a isso. A Conselheira **Denise** disse que tem um problema já há muito tempo na Atenção
90 Primária, o farmacêutico da Atenção Primária não é um farmacêutico que só cuida de logística, ele é
91 um farmacêutico que cuida de paciente, é um farmacêutico que faz visita domiciliar. Disse que é
92 preciso que esse profissional tenha uma estrutura e hoje está inviável, a Atenção Primária toda
93 trabalhando no SUS e a farmácia perdida pedindo SES do paciente. Disse que todo mundo usa o e-
94 SUS e o número do SUS para tudo e, na farmácia, o farmacêutico pede o SES e, por exemplo, na
95 sua unidade não são todos os profissionais que têm acesso ao Track. Disse que tem que ser usado o
96 que já se tem dentro do sistema. O Conselheiro **Humberto Lopes** disse que teve a oportunidade de
97 ver recentemente o sistema PEC, que é o sistema utilizado pelo Ministério da Saúde, e está
98 belíssimo, e então vê a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a esplanada dos ministérios aqui, e
99 não vê essa conversação no sentido de implementar dentro do Distrito Federal. Disse que tinha
100 anteriormente na Secretaria de Saúde um grande problema na Atenção Primária, que acha que
101 ainda acontece, que era o problema de internet, algumas Unidades Básicas não tinham nem internet.
102 Disse que hoje pode através dessas antenas e outros serviços que são disponibilizados que essa
103 internet chegue nas Unidades Básicas de Saúde. Disse que se tem ainda o grande problema de
104 equipamentos nas Unidades Básicas de Saúde, que não tem os equipamentos que são necessários.
105 Reforçou a colocação da Conselheira na questão da assistência farmacêutica, de que a farmácia fica
106 apartada dessas discussões de toda a saúde pública do Distrito Federal e ela e o farmacêutico hoje
107 tem um poder de resolutividade de muitos problemas. Disse que é necessário utilizar esse

108 profissional de forma que ele possa ser também um profissional para resolver os problemas da
109 população. Solicitou que nessas discussões não se fique tão distante das políticas nacionais. Disse
110 que em determinados congressos ou mesmo aqui mesmo em capacitações, disponibilizado pelo
111 Ministério da Saúde, observa a revolução que está sendo feita em algumas tecnologias, mas não vê
112 ela chegar no Distrito Federal. Citou exemplo de dois anos atrás, que teve no Ministério da Saúde
113 uma agenda que o Conselho Regional de Farmácia intermediou junto ao DAF, sobre um evento que
114 acontecia aqui na SES-DF, e nessa conversa que teve de 30 minutos no DAF simplesmente quatro
115 problemas que aconteciam de forma nevrálgica dentro da Secretaria foram sanados. Questionou se
116 a instituição Secretaria de Saúde não poderia ter enviado um ofício para dialogar com o DAF. Disse
117 que falta comunicação. O Conselheiro **Júlio Isidro** pontuou, em relação à fala do Conselheiro
118 Humberto, que essa não é a realidade de todos os locais, citando exemplo das farmacêuticas da
119 UBS1 do Guará, que promovem, participam, fazem visita, participam dos grupos e estão muito
120 próximos dos usuários. Considerou o que o Conselheiro disse no final muito importante, em relação
121 às regiões, as UBSs, os municípios, em relação a administração central como se fosse o estado em
122 si, porém não vê isso como sendo uma política geral global, um alinhamento, opinando que vale
123 muito mais pegar os bons exemplos e a partir daí replicar. Citou reportagem veiculada na rede
124 Record exatamente falando da questão da assistência farmacêutica na UBS1 do Guará, de que
125 forma elas podem melhorar a vida do usuário no sentido de se monitorar em relação ao horário de
126 medicação e de que forma elas entendem a vida do usuário e modificam para que sejam evitados
127 problemas e situações de agudizações desses usuários. O Conselheiro **Luís Maurício** disse que
128 hoje tem dentro desse protocolo, que é a questão do atendimento, em que a pessoa com deficiência
129 tem que ir na sua Unidade Básica de Saúde de três em três meses levar um laudo médico para dizer
130 que ele necessita dessa utilização de material, como sondas, gases, xilocaínas e outros materiais
131 que ele que ele utiliza. Citou a qualidade do material, dizendo que antigamente o material de órtese e
132 prótese tinha bastante qualidade, as cadeiras de rodas tinham qualidade, tinham a durabilidade
133 maior, as almofadas terapêuticas que evitam a escária da pessoa ser internada também, disse que
134 tem mais ou menos cinco ou seis anos que a Secretaria não consegue comprar uma almofada
135 terapêutica. Disse que as cadeiras estão vindo de péssima qualidade, não é aquela cadeira como era
136 antes, não tem processo de manutenção dessas cadeiras, e geralmente para uma pessoa que faz o
137 uso 24 horas de uma cadeira dessa ela não dura um ano. Disse que é preciso verificar essa questão
138 de valores, de custo, se compensa ou não compensa ser mais barato ou ser ou ser um valor médio
139 para o paciente ter um material que tenha durabilidade. Solicitou que fosse verificada também essa
140 situação da questão de aquisição de material. O Conselheiro **César Achkar** complementou a fala do
141 Conselheiro Luís Maurício informando que existe no DF uma lei que reconhece o laudo permanente
142 para pessoa que tem uma deficiência irreversível, e tem agora uma lei federal também. Disse, com
143 relação a órtese e prótese, que deseja mais atenção também na questão das bengalas da pessoa
144 com deficiência visual, que os deficientes visuais em Brasília têm comprado suas bengalas e não tem
145 conseguido através da rede, opinando que isso devia estar na política pública, inclusive bengala
146 verde, bengala branca, bengala branca e vermelha, conforme a deficiência. Mostrou-se preocupado
147 com a questão da judicialização, a forma com que o tema foi abordado. Disse que as pessoas com
148 doenças raras muitas vezes só conseguem as coisas judicializando, então não acha que se possa
149 fechar a porta da judicialização pensando só na questão da gestão, deve-se pensar na questão do
150 paciente. Disse que o usuário, quando vai para a justiça, é porque ou na regulação a necessidade
151 dele não está sendo atendida e fica numa fila que não anda e o seu problema se agravando, ou algo
152 semelhante. Arguiu se não é o sistema que tem que se adequar à necessidade da saúde da
153 população ou é a população que vai se adequar para contemplar o sistema. O convidado **Lucas**
154 **Mariani**, Coordenação de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional – CPLAN,
155 informou que fez todas as anotações e vai trabalhar esse fluxo. Disse que tem um documento mais
156 robusto para o Conselho analisar, que a apresentação condiz com algumas ações e destaques, mas
157 é no documento principal mesmo que vão estar todas as informações. Disse que tem questões de
158 OPME, mas é do OPME mais cirúrgico, dos consignados, e não especificamente das compras de
159 cadeira de rodas e outros itens para esse segmento. Disse que terá que fazer essa questão
160 processual da Comissão de Instrumentos daqui, reunir todas essas iniciativas e ações que foram
161 sugeridas, e trará para dentro da Secretaria. Lembrou que está finalizando o primeiro semestre e em
162 julho, conforme a apresentação, já vai iniciar os trâmites para a construção da PAS de 2026. Disse
163 que tem que consultar as áreas técnicas para saber quais ações que serão sugeridas aqui que são
164 cabíveis e são executáveis ainda no ano de 2025, mas todo esse trabalho aqui vai ser considerado
165 também já para construção da paz de 2026. Disse que são essas lacunas, que às vezes a Secretaria
166 de Saúde e os gestores não conseguem enxergar, mas aqui no Pleno do Conselho já traz para

167 complementar e trazer o melhor instrumento de programação para o SUS aqui do DF. O Conselheiro
168 **Maurício Fiorenza** disse, com relação à judicialização, em referência somente à medicamento, que
169 hoje se tem uma grande judicialização. Disse que 78% dos medicamentos hoje judicializados na rede
170 são *off label*, são medicamentos que não são padronizados, e quando não é *off label* nesses 78%
171 tem judicialização de marca também. Disse que a judicialização quando chega tem que ser
172 cumprida, é uma determinação judicial, se não tem no estoque é aberto um processo de dispensa de
173 licitação para aquele medicamento, para aquela órtese e prótese, para aquele item específico. Disse
174 que hoje sofre bastante orçamentariamente com relação à judicialização. Disse que em cerca de, só
175 de medicamentos, o ano passado chegou a quase 60 milhões de reais de judicialização, e aí entra
176 doenças raras, alto custo, e aqui não se fala em cercear o direito do usuário, o usuário tem direito de
177 judicializar, o juiz determina e a Secretaria cumpre. Disse que é uma discussão maior, tem que tem
178 que envolver Defensoria Pública, o judiciário, vara de fazenda pública, então não fica numa
179 discussão dentro somente da Secretaria de Saúde. Disse que a Secretaria já tem um fórum mensal
180 de discussão com o judiciário, inclusive a Procuradoria, Defensoria, Promotoria, todo mundo participa
181 desse fórum. Disse que é realmente uma discussão que todos devem contribuir para que não se
182 tenha uma desigualdade no atendimento. Disse que, inclusive, não há julgamento de mérito por parte
183 da Secretaria, tem a judicialização, tem a decisão, vai cumprir, isso é fato, só que aí vem aquela
184 grande discussão, que isso não está previsto no orçamento, que isso vai ter que ser retirado de
185 algum outro local para cobrir aquela demanda, que isso gera de fato um desequilíbrio orçamentário,
186 mas isso é um problema que tem que trazer à mesa com mais detalhes. Disse, com relação às
187 aquisições, que faz aquisição em cima de leis, hoje é a 14133, que é a Lei Geral de Licitações, e ela
188 tem os parâmetros legais que tem que ser cumpridos para fazer essa aquisição, e realmente compra
189 pelo menor preço, dentro do preço médio estimado, só que essa estimativa de preço tem que se
190 entender que no público não pode pegar o preço do privado e colocar para licitar dentro do público,
191 tem que pegar atas públicas, que já foram licitadas em outros estados, isso tem uma complexidade
192 grande e tem realmente grande fracasso por preço. Disse, com relação à qualidade de materiais, que
193 tem melhorado, que uma ideia é pré-qualificar esses equipamentos e esses insumos. Disse, com
194 relação a todas essas reclamações que vêm dos usuários, que tem uma área, que no caso a órtese
195 e prótese tem uma área específica que faz avaliação na entrega dos equipamentos, na parte de
196 insumos e materiais médicos hospitalares tem uma hotelaria, tem a diretoria de enfermagem que faz
197 os protocolos também. Disse, em relação a questão dos 3 meses, que pode fazer uma revisão desse
198 protocolo dentro da Secretaria, e do período de troca de certos insumos, isso não é fechado, e
199 revisita várias vezes esses protocolos. Disse que o importante é trazer para a discussão para poder
200 trazer para a área técnica e poder dar uma resposta de fato para os usuários. A Conselheira **Fátima**
201 **Rôla** questionou quais conselheiros integrantes da Comissão de Instrumentos estavam presentes na
202 reunião. Solicitou que a Comissão acompanhasse e verificasse se realmente as propostas feitas na
203 reunião serão inseridas na PAS. O Conselheiro **Júlio Isidro** informou os integrantes da Comissão:
204 César, Adriano, Valdenize, Domingos, Arilene, Darly e ele próprio. O Conselheiro **Domingos de**
205 **Brito**, Presidente do CSDF, autorizou, extraordinariamente, a posse do novo Conselheiro, Paulo
206 Rodrigo Vieira Pinto, segmento usuário, representante do Centro Brasiliense de Defesa dos Direitos
207 Humanos – CentroDH. A Secretária Executiva do CSDF, **Andressa Cristina**, fez a leitura do termo
208 de posse do novo Conselheiro de Saúde do DF e o mesmo foi empossado em seguida. O convidado
209 **Lucas Mariani**, Coordenação de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional –
210 CPLAN, apresentou em seguida o Relatório Anual de Gestão - RAG 2024. O Conselheiro **Domingos**
211 **de Brito**, Presidente do CSDF, propôs que o tema volte na RO de agosto para que se tenha uma
212 melhor análise. Foi aprovada a proposta. O convidado **Guilherme Mota**, Diretor de Monitoramento,
213 Avaliação e Gestão de Custos, complementou a apresentação. O convidado **Lucas Mariani**,
214 Coordenação de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional – CPLAN, finalizou a
215 apresentação. O Conselheiro **Júlio Isidro** fez sugestão. Propôs que quando os Conselheiros fizerem
216 a leitura do RAG para que possam fazer os seus apontamentos, estes sejam encaminhados para a
217 Secretária Executiva do CSDF, Andressa Cristina, para que ela reencaminhe para a Comissão de
218 Instrumentos. Disse que a Comissão inicialmente se reunirá para realizar a análise do RAG nos dias
219 30 de junho e 4 de julho para posterior apresentação na primeira reunião ordinária de agosto. Propôs
220 que os Conselheiros encaminhem seus apontamentos até o dia 24 de julho. **Item 3 – Apresentação**
221 **e deliberação das minutas de Resoluções: Atualização do Regimento Interno do CSDF e**
222 **Regimento dos Conselhos Locais de Saúde.** Coordenação: Mesa Diretora. Expositores: GT
223 Revisão das normativas do CSDF. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF,
224 apresentou o tema ao Pleno. Fez a leitura das alterações propostas pelos Conselheiros no
225 Regimento. O Conselheiro **Michel Platini** apresentou dois destaques, o primeiro para que não

226 constasse no Regimento a limitação de tempo de fala nas reuniões, e o segundo para que fosse
227 mantido o mandato de 2 anos para Presidente do Conselho, podendo haver recondução por mais
228 dois anos. O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, encaminhou em seguida a
229 votação dos destaques: 1) permanência do tempo estipulado no Regimento; 2) retirada do tempo. Foi
230 colocado em votação e a proposta 1, permanência do tempo no Regimento, foi a vencedora. Passou
231 ao segundo destaque: 1) mandato de 4 anos para o Presidente do CSDF; 2) mandato de 2 anos com
232 possibilidade de recondução. Foi vencedora a proposta 1, mandato de 4 anos para o Presidente do
233 CSDF, comunicando ao Pleno em seguida a aprovação do Regimento Interno do CSDF. **Item 5 –**
234 **Discussão referente ao Processo SEI nº 00060-00341897/2024-91 – Fracionamento de carga**
235 **horária e gratificações propter laborem.** Coordenação: Mesa Diretora. Expositor: Gestão SES/DF.
236 O Conselheiro **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, iniciou a exposição do tema ao Pleno.
237 Esclareceu que teve um dos itens que acabou de ser aprovado no nosso Regimento que é
238 exatamente sobre essa proposta. Disse que já houve conselheiros que chegaram na aposentadoria e
239 não puderam se aposentar porque estavam descontadas as reuniões que participou. A Conselheira
240 **Fátima Rôla** apresentou o tema ao Pleno. Disse que essa pauta foi colocada por ela nessa reunião
241 por que houve uma região de saúde que produziu esse processo e encaminhou para órgão de
242 controle e para a Secretaria de Saúde, questionando Conselheiros de saúde e questionando as RTs
243 que tem na Secretaria porque a RT não recebe salário, o Conselheiro de Saúde também não recebe
244 salário, a RT cumpre algumas funções dentro da unidade que trabalha e fora da unidade que
245 trabalha, e eles estão querendo que desconte insalubridade e toda e qualquer gratificação que a RT
246 tenha dentro de uma UBS se ela for prestar uma parte da carga em outro local, e dos Conselheiros
247 de Saúde também estão questionando, que todas as vezes que o Conselheiro vir para uma reunião
248 do Conselho de Saúde tem que seja descontado insalubridade e todas as gratificações que tenha,
249 descontado o percentual. Disse que este processo já foi encaminhado para o jurídico de um sindicato
250 para averiguar, houve um chamamento da SUGEP para que fosse lá, o Jefferson esteve lá, pois no
251 dia que ela convocou todos estavam envolvidos com Conferência, não dava para ir, e houve uma
252 discussão que diz que foi arquivado o processo. Disse que não quer o arquivamento do processo,
253 quer que seja extinto o processo porque arquivado a qualquer tempo chega um doido na Secretaria
254 manda desarquivar. Seguiram-se as colocações dos Conselheiros acerca do tema. O convidado
255 **Felipe**, Assessor Especial da SUGEP, fez esclarecimentos. Disse que foram identificadas outras
256 regiões de saúde que estão fazendo o mesmo procedimento e, infelizmente, eles estão se baseando
257 em dois pareceres da PGDF. Disse então que, quanto normativos, a Secretaria não poderia estar se
258 afastando da execução, mas entende que em relação ao Conselho é um ponto pacífico, como a
259 Conselheira Fátima já falou, mas em relação às outras situações tem que ter novos normativos,
260 novos regimentos para poder disciplinar a matéria. Disse que no dia 9 de junho foi publicado um
261 Grupo de Trabalho para poder normatizar e fazer uma sugestão de renovação das leis que falam
262 sobre as gratificações e fazer uma proposição também para falar sobre as RTDs, que é um *vacatio*
263 que se tem, não tem um normativo falando sobre isso, mas disse acreditar que é preciso normatizar
264 e modernizar as legislações sobre as gratificações. Disse que são legislações antigas, anteriores
265 inclusive à lei do próprio Conselho de Saúde, então entende que cabe a eles como SUGEP, cabe a
266 eles como SES propor a alteração desses normativos. Disse que o Grupo de Trabalho tem 90 dias
267 para apresentar ao Pleno e é composto pela área técnica SUGEP, por componentes da COAPS e,
268 conforme a sugestão do Presidente Domingos, o Conselho de Saúde será chamado para participar
269 também das reuniões. Seguiram-se algumas considerações dos Conselheiros. O Conselheiro
270 **Domingos de Brito**, Presidente do CSDF, fez a leitura do Regimento dos Conselhos Locais de
271 Saúde. A Conselheira **Fátima Rôla** alertou que não havia mais quórum no Plenário. Criticou em
272 seguida a falta de respeito e responsabilidade dos conselheiros que não permaneceram na reunião
273 até o seu encerramento, propondo a confecção de uma nota de repúdio. A 545ª RE foi encerrada às
274 13h10. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para
275 posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 24 de junho de 2025.

DOMINGOS DE BRITO FILHO

Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE
Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR
Conselheiro titular - Secretário de Estado de Saúde do DF

MAURÍCIO GOMES FIORENZA
Conselheiro suplente – Subsecretário de Atenção Integral à Saúde - SAIS

INOCÊNCIA ROCHA DA CUNHA FERNANDES
Conselheira titular – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do DF/SES-DF

CLEBER MONTEIRO FERNANDES
Conselheiro titular – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF

VANESSA ROCHA DA SILVA
Conselheira suplente – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU/DF

KARINE RODRIGUES AFONSECA
Conselheira titular – Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal – ABEn-DF

JÚLIO CÉSAR FLORÊNCIO ISIDRO
Conselheiro titular – Associação dos Especialistas em Saúde Pública da Secretaria de Estado de Saúde do DF do Distrito Federal – AES-SES/DF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES
Conselheiro suplente – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

FÁTIMA LÚCIA RÔLA
Conselheira titular – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito Federal – Clube da Saúde

DENISE DE ALMEIDA DE SOUSA
Conselheira suplente – Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal – SINDIVACS-DF

ARTHUR LOBATO BARRETO MELLO
Conselheiro titular – Associação Médica de Brasília - AMBr

JOSIANE ALVES JACOB
Conselheira titular – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal – SINDATE-DF

STELLA DOS SANTOS RODRIGUES KRAUSE
Conselheira titular – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde – SINDSAÚDE/DF

CARLOS ROBERTO DE SOUZA FILHO

Conselheiro suplente – Sindicato dos Biomédicos do Distrito Federal –
SINDBIOMÉDICOS/DF

WENDEL TEIXEIRA SANTOS

Conselheiro titular – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

MARÔA SANTIAGO GOMES

Conselheira suplente – Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal – COREn-DF

LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA

Conselheiro suplente – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais - ABIDS

CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES

Conselheiro titular – Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - ABDV

JOSÉ MARIA ALVES DOS SANTOS

Conselheiro titular – Movimento Popular por Moradia e Cidadania - AMORA

LUÍS MAURÍCIO ALVES

Conselheiro titular - Associação dos Deficientes do Gama e Entorno - ADGE

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO

Conselheira titular – Associação dos Cidadãos Solidários aos Movimentos Populares –
CMP/DF

MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES

Conselheiro titular - Aliança Nacional LGBTI

RAIMUNDO NONATO LIMA

Conselheiro suplente – Movimento Integrado de Saúde Comunitária Distrito Federal –
MISMEC/DF

ALEXANDRA TATIANA MORESCHI DE ALBUQUERQUE

Conselheira titular – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF

LARISSA BEZERRA DA CUNHA DA SILVA

Conselheira titular – Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

MÍRIAM MARQUES NERY

Conselheira suplente - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília

JOÃO ELIAS LIMA ARAÚJO

Conselheiro titular – Associação Brasileira de Combate à AIDS – Grupo Arco-Íris